



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640200 - SP (2021/0013764-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : VANESSA DE ALMEIDA
ADVOGADO : VANESSA DE ALMEIDA - SP311673
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUANA CRISTINA CARVALHO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUANA CRISTINA CARVALHO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1500155-36.2018.8.26.0603).

A paciente foi condenada às penas de 5 anos de reclusão em regime inicial fechado e de multa, pela prática do crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, condenação que foi alterada em grau de apelação ministerial pelo Tribunal de origem para 2 anos e 6 meses de reclusão, semiaberto, mantido no mais o édito condenatório.

A impetrante sustenta que a paciente faria jus à fixação do regime inicial aberto, haja vista a pena aplicada, as circunstâncias do caso concreto e o preenchimento dos requisitos específicos previstos no art. 33, c, § 2º e § 3º do CP.

Requer, liminarmente e no mérito, a mitigação do regime para o aberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, uma vez que a decisão do tribunal de origem se deu, em princípio, de forma fundamentada e coerente com o conjunto probatório.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência